

NEC Latin  
America S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>

# Relatório da Administração

## Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## Aspectos econômicos e financeiros

A Companhia apresentou fortes perdas no ano, com prejuízo consolidado no período de R\$ 46 milhões. O resultado foi fortemente impactado pelo mal desempenho de sua controlada NEC Soluções de Segurança Cibernética, que apresentou grande prejuízo no ano, gerando um resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 21 milhões para a controladora. Referidos resultados negativos levaram a controladora a efetuar o impairment dos ativos intangíveis advindos de sua aquisição, representado pelo ágio pago pela expectativa de lucro futuro e ativos de mais valia. A baixa desses ativos intangíveis impactou o resultado em R\$ 35 milhões. O resultado também foi afetado pelo impairment parcial do investimento da controladora na empresa coligada NEC Argentina S.A., representando uma de R\$ 16 milhões. Excluindo as perdas citadas, a Companhia teria um lucro de R\$ 26 milhões.

As receitas financeiras líquidas no ano foram impactadas positivamente pela reversão de algumas contingências fiscais e as respectivas parcelas de juros vinculados, bem como, pelo reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS advindos da exclusão do ICMS da base de cálculo desses tributos. Sem tais impactos, teríamos uma despesa financeira líquida consolidada no ano de R\$ 10 milhões.

A contribuição da controlada NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A. para o ano foi de um total de vendas de R\$ 34 milhões, com prejuízo de R\$ 21 milhões.

## A conjuntura nacional

O ano de 2019 começou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e dos governadores, eleitos em meio a um forte clima de polarização nacional entre direita e esquerda, que se acirrou com ataques cada vez mais agressivos na classe política, até mesmo entre antigos aliados. Como a política sempre impacta a economia, os brasileiros tiveram um ano repleto de imprevistos e oscilações, com resultados econômicos, em geral, abaixo das expectativas e também algumas surpresas.

Para se ter ideia dos extremos vivenciados, o Ibovespa alcançou inéditos 117 mil pontos, principalmente devido a investimentos brasileiros, pois ocorreu uma fuga do capital externo. O dólar, por sua vez, atingiu o recorde de R\$ 4,26 em novembro de 2019, alta motivada pela preocupação com a desaceleração da economia mundial e pelas incertezas relativas às negociações comerciais entre China e Estados Unidos.

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou acima do centro da meta (4,25%) ao atingir 4,31%, incentivada principalmente pelo aumento de preços das carnes no último trimestre. Porém, como a inflação foi inferior à meta durante a maior parte do ano, isso permitiu que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzisse a taxa Selic para 4,5% ao ano, menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. Dessa forma, as empresas têm agora acesso a recursos mais acessíveis para investir.

Os índices de desemprego continuaram altos, com 12,4 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), e o número de trabalhadores informais cresceu, chegando à máxima de 38,8 milhões – equivalente a 41,4% da força de trabalho. O Produto Interno Bruto (PIB) também frustrou as expectativas, crescendo apenas 1,12% no ano passado, quando a previsão inicial era de que atingiria 2,5% – crescimento almejado para 2020.

No fim do segundo semestre de 2019, ocorreram avanços, como a aprovação da reforma da previdência, depois de quase nove meses de tramitação no Congresso, que deverá representar uma economia de mais de R\$ 800 milhões em dez anos. Foram elaboradas propostas pelo executivo e pelo legislativo para as reformas administrativa, a fim de enxugar a máquina pública, e tributária, com o objetivo de otimizar e reduzir a carga de tributos nacional, mas ambas não evoluíram em 2019 e devem ser analisadas e votadas somente este ano.

O governo brasileiro sancionou, também, a chamada MP (Medida Provisória) da Liberdade Econômica, que flexibiliza algumas regras trabalhistas, seguindo diretrizes da Reforma Trabalhista; estabelece carteiras de trabalho eletrônicas; acaba com a necessidade de alvará de funcionamento para atividades de baixo risco (pequenos comércios); diminui a burocracia e facilita a abertura de empresas, entre outros tópicos. Aprovou também o Marco Legal das Startups, que simplifica e estimula a abertura de novas startups, como Sociedades Anônimas, um modelo mais simples, barato e seguro para os investidores.

A promessa da nova equipe econômica de privatizar empresas estatais para diminuir o tamanho do Estado e ganhar eficiência, começou a ser implementada com a realização de leilões nas áreas de petróleo, ferrovias e aeroportos, além da Petrobras ter vendido a BR Distribuidora. Entretanto, privatizações esperadas de empresas, como Correios e Eletrobrás ainda estão pendentes. Além disso, com as medidas tomadas na área econômica e com melhorias no cenário internacional, as expectativas de uma retomada mais robusta fizeram o risco-país do Brasil cair a 96 pontos, menor nível desde 2010.

As expectativas para a economia brasileira em 2020 eram positivas, pois o governo e economistas do setor privado acreditavam em um crescimento superior a 2%, resultado que encerraria o ciclo de estagnação vivido de 2017 a 2019. As perspectivas otimistas para 2020 se deviam também à redução da taxa Selic para 4,5%, que serviu como incentivo a novos investimentos produtivos e ao aumento do consumo no último semestre de 2019.

Porém, tudo mudou com a pandemia do Coronavírus (Covid-19) e agora se prevê uma recessão econômica de 0,9% estimada pelo Goldman Sacks, e de 0,5% pelo Bank of América, devido à paralisação dos investimentos e do consumo das famílias. Diante deste cenário complexo torna-se ainda mais vital que as reformas administrativa e tributária evoluam e sejam votadas neste ano, contribuindo para a redução do Custo Brasil.

### **O Mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação**

As indústrias globais entenderam a necessidade de ingressar na Era Digital para revolucionar seus negócios e ganhar competitividade há mais de 15 anos. Mais recente no Brasil, este movimento tem se intensificado, pois as empresas nacionais, independentemente do setor de atuação, entenderam que já não é possível se diferenciar, crescer ou competir sem investir em tecnologia.

Esta constatação tem as levado a adoção, de forma consistente, tecnologias e modelos disruptivos, como *customer experience*, *business analytics*, inteligência artificial (IA), Internet das coisas (IoT), impressão 3D, *cibersecurity*, entre outras. Isto fez de 2019 um ano de transformação digital em várias áreas e mercados, mesmo diante do desafio de conquistar novos negócios em uma economia em lenta recuperação. Isso porque as empresas se viram diante da crescente pressão de se tornarem mais relevantes e se adiantarem às expectativas de seus clientes.

Este cenário fez com que, segundo o estudo ‘Mercado Brasileiro de Software e Serviços’, elaborado pela Associação Brasileira das Empresas Software (ABES), em parceria com a IDC, o Brasil se tornasse o 9º colocado no ranking mundial de investimentos em TI, com US\$ 47 bilhões. Ou seja, em 2019 tornou-se ainda mais evidente o potencial de crescimento das indústrias de TI e de Telecom mediante o desafio de auxiliar o mercado brasileiro a alcançar os patamares exigidos para continuar concorrendo de forma eficaz no mercado internacional.

O segmento de datacenters, por exemplo, encontra-se entre os que mais tem sentido a pressão do mercado e tem adotado tanto tecnologias novas, quanto mais maduras, para acompanhar a evolução das expectativas mercadológicas. Com a chegada do 5G, seu desafio será atender a ampliação da demanda por Edge Computing, para melhorar os tempos de resposta e economizar na chamada *bandwidth*, ou seja, largura de banda, enquanto a adoção de Inteligência Artificial (IA) exigirá a oferta de novos serviços neste mercado, tanto para o usuário final, quanto para funcionários internos.

As empresas de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), por sua vez, encerraram o ano passado com 32,6 milhões de contratos ativos, um crescimento de 1,4 milhão de adições, ou alta de cerca de 4,5%, em comparação com o desempenho de 2018 (31,2 milhões de acessos), segundo dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Trata-se de um setor que será muito beneficiado pelo 5G, mas que também precisa investir constantemente em tecnologia para assegurar suas respectivas fatias de mercado.

Outro setor com forte impacto na tecnologia foi o financeiro, no qual as *fintechs*, *startups* que oferecem serviços financeiros por meio de plataformas digitais, mudaram os hábitos dos consumidores brasileiros nos últimos anos. Em levantamento recente da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) e do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), foi verificado que 40% dos entrevistados utilizaram cartão de crédito de alguma *fintech* em 2019. Identificou-se também que 45% dos consumidores usaram ou vêm utilizando os serviços de algum banco digital, principalmente para pagar contas (16%), verificar saldo ou extrato (14%), sacar dinheiro (11%), realizar pagamento com cartão de débito (11%) e transferências de dinheiro (11%).

No que tange o setor de telecomunicações, cujas as operadoras de telefonia são os principais clientes da Companhia, um fato importante foi que o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei 79/2016, que altera a Lei Geral das Telecomunicações (LGT, nº 13.879, de 2019). Sem vetos, a nova legislação abre caminho para concessionárias do serviço público de telefonia fixa migrarem para a modalidade privada da atividade e permite que o dinheiro que deveria ser gasto com obrigações regulatórias seja revertido em investimentos em banda larga. Esta lei cria, ainda, um mercado secundário para faixas de radiofrequência serem negociadas diretamente entre empresas, permite renovações automáticas de concessões e autorizações de prestação de serviço. Mas, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) acredita que a regulamentação do novo Marco Legal das Telecomunicações levará ainda cerca de um ano para se efetivar.

Com os sinais de recuperação econômica, combinados à vitalidade do segmento de tecnologia e à aprovação da Reforma da Previdência, a tendência era de que os investimentos em TI fossem ainda mais intensificados em 2020. A estimativa era de que seriam da ordem de US\$ 48 bilhões em TI e US\$ 41 bilhões em serviços de telecomunicações, setores cuja evolução está intrinsecamente vinculada. Porém, com a pandemia do Coronavírus (Covid-19), a tendência é que estas estimativas sejam revistas.

### **Destaques e Perspectivas Futuras**

O ano de 2019 ficou marcado, entre outros fatores, como um período marcante para a evolução da tecnologia, com a aplicação de ferramentas inovadoras no dia a dia da sociedade, a exemplo da Inteligência Artificial, Biometria Digital, bem como a preparação para a chegada do 5G. Nesse sentido, a NEC continua atuando com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento nos mais diversos segmentos, por meio da orquestração de soluções próprias e de parceiros estratégicos.

Com o objetivo de preservar a infraestrutura tecnológica dos clientes, a NEC fortaleceu, em 2019, sua área de segurança cibernética, com a conclusão do ciclo que absorveu as operações da empresa de cibersegurança que adquiriu em 2016. Além disso, a Companhia anunciou a contratação de Angelo Guerra, como vice-presidente no Brasil.

A partir dessas mudanças, foram efetuadas e comunicadas ao mercado novas parcerias estabelecidas junto a empresas locais e globais, nas áreas de segurança e redes, além de diversos projetos que transformam a sociedade brasileira.

Devido a crise mundial provocada pela pandemia do Coronavírus, as expectativas para 2020 terão que ser revisadas, uma vez que haverá uma mudança bastante significativa na economia brasileira.

### **Agradecimentos**

A Direção da Companhia agradece aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança e cooperação no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Agradecemos aos funcionários, que são nosso principal capital, por seu comprometimento e dedicação ao longo dos últimos anos, e principalmente por seus esforços em 2019, que foi um ano no qual enfrentamos e superamos juntos grandes desafios.

Além disso, somos especialmente gratos a nossa controladora NEC Corporation pelo apoio, segurança e credibilidade dispensados, que foram fundamentais para que alcançássemos bons resultados mesmo diante de um momento econômico desafiador.

São Paulo, 15 de junho de 2020.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da**

**NEC Latin America S.A.**

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NEC Latin America S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Catalina Satie Shikibu  
Contadora CRC 1SP218752/O-4

## NEC Latin America S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Caixas e equivalentes de caixa	8	55.603	31.369	54.632	30.963	Empréstimo e financiamentos	20	200.539	179.480	158.074	163.046
Outros investimentos		5	5	5	5	Fornecedores	21	73.610	113.147	73.044	110.927
Contas a receber	9	119.449	185.139	118.806	183.361	Passivos de arrendamento	10b	4.605	428	4.595	364
Arrendamento mercantil a receber	10a	160	2.158	160	2.158	Imposto renda e contribuição social	12c	1.644	1.607	73	35
Estoques	11	23.714	38.831	23.714	35.687	Impostos e contribuições sociais	12d	10.729	15.371	10.208	14.822
Imposto de renda e contribuição social	12a	16.125	17.206	5.507	7.403	Salários e férias a pagar		15.175	15.704	11.834	12.403
Impostos e contribuições a recuperar	12b	12.039	12.853	9.298	8.732	Adiantamento e créditos de clientes		512	432	384	172
Despesas antecipadas	13	43.338	53.763	37.498	43.697	Outras provisões	22c	1.380	3.038	1.380	3.038
Outros créditos		13.043	4.692	12.759	4.469	Provisão para passivo a descoberto em controlada	17	-	-	20.755	-
						Outras contas a pagar		2.282	1.799	2.212	1.671
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>283.476</b>	<b>346.016</b>	<b>262.379</b>	<b>316.475</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>310.476</b>	<b>331.006</b>	<b>282.559</b>	<b>306.478</b>
Contas a receber de clientes	9	14.677	19.865	14.677	19.865	Empréstimo e financiamentos	20	14.765	26.765	14.765	14.765
Arrendamento mercantil a receber	10a	-	814	-	814	Passivos de arrendamento	10b	1.255	322	1.255	317
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	27	-	-	Imposto renda e contribuição social	12c	438	1.752	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	12b	11.248	-	11.248	-	Impostos e contribuições sociais	12d	164	683	-	-
Despesas antecipadas	13	3.859	3.198	-	-	Provisão para contingências	22a	10.861	25.268	10.842	25.268
Outros créditos		867	830	24	27	Outras provisões	22c	5.219	4.949	5.219	4.949
Depósitos judiciais	13	35.229	19.765	35.162	19.746	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>32.702</b>	<b>59.739</b>	<b>32.081</b>	<b>45.299</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>65.880</b>	<b>44.499</b>	<b>61.111</b>	<b>40.452</b>	<b>Patrimônio líquido</b>					
Investimento	17	-	-	-	36.030	Capital social	23a	328.282	328.282	328.282	328.282
Imobilizado	18	15.158	12.588	13.668	10.707	Prejuízos acumulados		(281.587)	(235.247)	(281.587)	(235.247)
Outros investimentos	16	4.902	21.678	4.902	21.678	Ações em tesouraria	23b	(9.259)	(9.259)	(9.259)	(9.259)
Intangível	19	1.557	40.099	375	570	Reserva de capital	23c	(9.641)	(9.641)	(9.641)	(9.641)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>87.497</b>	<b>118.864</b>	<b>80.056</b>	<b>109.437</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>27.795</b>	<b>74.135</b>	<b>27.795</b>	<b>74.135</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>370.973</b>	<b>464.880</b>	<b>342.435</b>	<b>425.912</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>370.973</b>	<b>464.880</b>	<b>342.435</b>	<b>425.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NEC Latin America S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional</b>	24	356.855	459.794	323.046	385.212
<b>Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	25	(272.124)	(356.208)	(241.004)	(297.974)
<b>Lucro bruto</b>		<u>84.731</u>	<u>103.586</u>	<u>82.042</u>	<u>87.238</u>
Despesas de vendas	26	(1.020)	(2.640)	(1.020)	(2.640)
Despesas administrativas e gerais	28	(93.724)	(96.977)	(76.582)	(83.839)
Perdas de crédito esperadas do contas a receber		(3.166)	(2.751)	(2.166)	(2.751)
Outras receitas	29a	22.313	1.554	22.187	1.413
Outras despesas	29b	(67.328)	(14.839)	(64.406)	(14.032)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>(58.194)</u>	<u>(12.067)</u>	<u>(39.945)</u>	<u>(14.611)</u>
Receitas financeiras	30	43.455	26.801	43.056	25.632
Despesas financeiras	30	(30.672)	(40.564)	(27.397)	(37.864)
<b>Resultado financeiro</b>		<u>12.783</u>	<u>(13.763)</u>	<u>15.659</u>	<u>(12.232)</u>
<b>Resultado da equivalência patrimonial</b>	17	-	-	(21.152)	(391)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(45.411)</u>	<u>(25.830)</u>	<u>(45.438)</u>	<u>(27.234)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(902)	(510)	(902)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(27)	(894)	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(46.340)</u>	<u>(27.234)</u>	<u>(46.340)</u>	<u>(27.234)</u>
<b>Atribuível aos Controladores</b>		<u>(46.340)</u>	<u>(27.234)</u>	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(46.340)</u>	<u>(27.234)</u>	<u>(46.340)</u>	<u>(27.234)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NEC Latin America S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(46.340)	(27.234)	(46.340)	(27.234)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(46.340)</b>	<b>(27.234)</b>	<b>(46.340)</b>	<b>(27.234)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEC Latin America S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado/Controladora						Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	
<b>Saldos em 1° de janeiro de 2018</b>	<u>328.282</u>	<u>(10.443)</u>	<u>(208.013)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>100.567</u>	<u>(5)</u>	<u>100.562</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(27.234)	-	(27.234)	-	(27.234)
Aquisição de investimento	22c	802	-	-	802	5	807
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(235.247)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>74.135</u>	<u>-</u>	<u>74.135</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(46.340)	-	(46.340)	-	(46.340)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(281.587)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>27.795</u>	<u>-</u>	<u>27.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NEC Latin America S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do exercício		(46.340)	(27.234)	(46.340)	(27.234)
Ajustes por:					
Depreciação	18	7.651	6.097	6.977	5.302
Amortização	19	947	1.062	408	737
Provisão para perda de imobilizado e intangível	18/19	36.441	(189)	(978)	(189)
Baixa imobilizado e intangível	18/19	946	(9)	930	62
Perda com investimentos	17	-	-	34.574	-
Perda outros investimentos	16	16.776	-	16.776	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	20	6.399	3.856	6.399	3.856
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	7.634	12.584	5.290	10.987
Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber	31	1.311	1.817	311	1.817
Provisão para perdas de estoques	11	3.504	1.231	360	1.231
Provisão para contingências	22a	(20.084)	10.175	(20.034)	10.275
Resultado de equivalência patrimonial	17	-	-	21.152	391
Amortização ágio mais valia	19	1.059	1.059	1.059	1.059
Juros sobre arrendamento mercantil a receber		(258)	(601)	(258)	(601)
Juros sobre passivos de arrendamento	10b	584	71	584	71
Baixa de arrendamento mercantil	10b	(78)	-	(80)	-
Atualização monetária de impostos a recolher	12d	481	513	481	513
Imposto de renda e contribuição social - diferido		27	894	-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente		902	510	902	-
Outras provisões	22c	(1.388)	(1.118)	(1.388)	(1.118)
		16.514	10.718	27.125	7.159
<b>Variações nos ativos (aumento)/redução</b>					
Contas a receber de clientes		69.567	(8.536)	69.432	(8.158)
Arrendamento mercantil a receber		3.070	4.150	3.070	4.150
Estoques		11.613	5.969	11.613	5.970
Impostos e contribuições a recuperar		(9.353)	(3.636)	(9.918)	350
Despesas antecipadas		9.764	(31.659)	6.199	(24.240)
Depósitos judiciais		(2.187)	(902)	(2.208)	(918)
Outros créditos		(8.388)	2.125	(8.287)	2.360
<b>Variações nos passivos aumento/(redução)</b>					
Fornecedores		(39.537)	3.090	(37.883)	5.845
Arrendamento mercantil a pagar		174	433	176	364
Impostos e contribuições a recolher		(5.642)	(4.107)	(5.095)	2.722
Imposto renda e contribuição social		(2.179)	(1.286)	(864)	35
Salários e férias a pagar		(529)	1.140	(569)	365
Outras contas a pagar		483	92	541	141
Adiantamentos e créditos de clientes		80	(475)	212	(597)
<b>Caixa proveniente (usado) nas atividades operacionais</b>		<b>43.450</b>	<b>(22.884)</b>	<b>53.544</b>	<b>(4.452)</b>
Imposto de renda e contribuição sociais pagos		-	(510)	-	-
Contingências pagas	22a	(7.600)	(4.214)	(7.600)	(4.214)
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	10b	(378)	-	(378)	-
Juros pagos sobre empréstimos	20	(9.190)	(18.890)	(8.224)	(17.354)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente (usado) nas atividades operacionais</b>		<b>26.282</b>	<b>(46.498)</b>	<b>37.342</b>	<b>(26.020)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de participação em investida		-	(9.636)	-	(10.443)
Aquisições de imobilizado	18	(2.232)	(4.800)	(1.946)	(4.499)
Aquisições de intangível	19	(897)	(481)	(214)	(254)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.129)</b>	<b>(14.917)</b>	<b>(2.160)</b>	<b>(15.196)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Recursos provenientes de novos empréstimos	20	179.246	161.020	146.809	128.000
Amortização do passivos de arrendamento - principal	10b	(3.135)	-	(3.076)	-
Amortização de empréstimos - principal	20	(175.030)	(90.310)	(155.246)	(77.000)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento</b>		<b>1.081</b>	<b>70.710</b>	<b>(11.513)</b>	<b>51.000</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>24.234</b>	<b>9.295</b>	<b>23.669</b>	<b>9.784</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		31.369	22.074	30.963	21.179
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		55.603	31.369	54.632	30.963
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>24.234</b>	<b>9.295</b>	<b>23.669</b>	<b>9.784</b>
<b>Transações que não movimentaram caixa</b>					
Registro inicial do arrendamento mercantil		7.943	-	7.943	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

Controla a Companhia **NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A.**, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como objetivo social suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informática.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de junho de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

### 3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10.b** - prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber
- **Nota 11** - Provisão para perdas de estoques
- **Notas 18/19** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 18/19** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 10.b** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota 22a** - Provisão para contingências
- **Nota 31** - Mensuração de instrumentos financeiros

#### **6 Mudanças nas principais políticas contábeis**

##### **a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

### ***Definição de arrendamento***

Anteriormente a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos, de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03, não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

#### ***(i) Arrendamento em que a Companhia é arrendatária***

A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

#### ***(ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)***

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Empresa na data da aplicação inicial: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou os expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
  - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
  - excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- (iii) *Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)*  
Para os arrendamentos que foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1), o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.
- (iv) *Impacto na transição*  
Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 passivos de arrendamento no valor R\$ 7.943, e ativo de direito de uso nesses mesmos montantes, respectivamente. Os demais contratos de arrendamento (itens de baixo valor, com prazo inferior a 12 meses e com pagamento variável) continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza, conforme mencionado na nota explicativa 10.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou a taxa de desconto de 7,98% para arrendamentos imobiliários e 7,18% para arrendamentos de veículos.

**b. Outras normas**

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (“CPC 32”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

## 7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a. Moeda estrangeira

#### *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### b. Instrumentos financeiros

#### (i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### (ii) *Classificação e mensuração subsequente*

##### *Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou, ainda, no qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **c. *Contas a receber de clientes***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

#### **d. *Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

#### **e. *Imobilizado***

##### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(v) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(vi) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2019	2018
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2019 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

**f. Ativos intangíveis**

**Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
  - Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
  - Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
  - O produto for técnica e comercialmente viável;
  - Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
  - A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

**(vii) Gastos subseqüentes**

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(viii) Amortização**

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

**g. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, esta contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Esta avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, esta classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Quando um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia, também, revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis à Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019***

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na seguinte avaliação: - o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e - o acordo havia concedido o direito de usar o ativo.

Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse atendido:

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não fosse insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
  - fatos e circunstâncias indicavam ser raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, viessem a obter um valor que não fosse insignificante da produção ou de outra utilidade que seria produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador pagaria pela produção não seria contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.
- (iii) Como arrendatário
- No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

- (iv) Como arrendador  
Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento seria um arrendamento financeiro; caso contrário, um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como, por exemplo, se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

#### **h. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)**

##### ***Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

*Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(ix) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado, quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Benefícios a empregados**

***Plano de contribuição definida***

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

***Garantias***

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

**(x) Reestruturação**

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

**(xi) Contratos onerosos**

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado para manter o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

## **k. Receita operacional**

### ***Reconhecimento de receita***

A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A Companhia e suas Controladas, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e suas Controladas atendam suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas Controladas não apresentaram impactos relevantes devido à adoção da norma.

## **l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

## **m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou, em outros resultados abrangentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(xii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**n. Base de consolidação**

***Controladas***

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(xiii) *Participação de acionistas não-controladores***

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(xiv) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto com outra sociedade ou indivíduo, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controle compartilhado da entidade e dê à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito a ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**(xv) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**o. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 30).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo, se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e, minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	52.007	30.185	52.007	30.185
Caixa e bancos	3.596	1.184	2.625	778
	55.603	31.369	54.632	30.963

Esses investimentos financeiros referem-se, em sua totalidade, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 96% a 97,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2019 e 2018, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e, classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

## 9 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Circulante:				
No País	126.118	190.598	123.313	188.820
No Exterior	80	38	80	38
Partes relacionadas exterior (Nota 14)	242	183	1.404	183
Menos:				
Perda de crédito esperadas de contas a receber	(6.991)	(5.680)	(5.991)	(5.680)
Total circulante	119.449	185.139	118.806	183.361
Não circulante:				
No País	16.578	24.274	16.578	24.274
Ajuste a valor presente	(1.901)	(4.409)	(1.901)	(4.409)
Total não circulante	14.677	19.865	14.677	19.865

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que essa recorra a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Diante do processo de recuperação judicial em curso do cliente Grupo OI, a Companhia manteve em 2019 o valor a ser recebido a longo prazo para o grupo do ativo não circulante no montante de R\$ 16.160. Em 2019 registrou o valor de R\$ 1.902 referente ao ajuste a valor presente (R\$ 4.409 em 2018).

## 10 Arrendamento mercantil

### a. Arrendamento mercantil como arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência destes, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
60 (i)	10,05% a 14,60%	47	2.399	47	2.399
54 (i)	12,47% a 13,40%	-	307	-	307
48 (i)	8,35% a 13,39%	113	266	113	266
		<u>160</u>	<u>2.972</u>	<u>160</u>	<u>2.972</u>
Circulante		<u>160</u>	<u>2.158</u>	<u>160</u>	<u>2.158</u>
Não circulante		<u>-</u>	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>814</u>

- (i) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo IGP-M até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2019, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 160

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores a receber decorrentes dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos conforme segue:

<b>2019</b>	<b>Controladora</b>		
	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	-	-	165
Juros	(5)	-	(5)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	160	-	160
<b>Controladora</b>			
<b>2018</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	2.491	940	3.431
Juros	(333)	(126)	(459)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	2.158	814	2.972

**b. Passivos de arrendamento**

A Companhia possui diversos contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

<b>Item arrendado</b>	<b>Qtde</b>	<b>Contrato/Aditivo</b>	<b>Prazo (Meses)</b>	<b>Taxa de desconto</b>	<b>Início vigência</b>	<b>Consolidado</b>	
						<b>2019</b>	<b>2018</b>
Notebooks	135	01-01 Convênio 0460	36	15,40%	Nov/16	-	132
Notebooks	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	317	549
Notebooks e desktops	174	01-03 Convênio 0460	36	6,48%	ago/19	636	-
Notebooks e monitores	182	01-04 Convênio 0460	36	3,04%	dez/19	532	-
Equipamento Cisu N48	1	16601-01	24	1,36%	fev/18	10	69
Lançamento inicial 2019						1.495	750
Veículo Fiat Toro	1	62	13	7,18%	jan/19	15	-
Veículo Jeep Compass	2	0033/17	13	7,18%	abr/19	24	-
Veículo Jeep Compass	3	2019050700005032	33	5,52%	out/19	213	-
Veículo Toyoto Corolla e Toyota SW4	2	2019050700005032	34	5,52%	ago/19	280	-
Veículo Toyota Camry	1	2019020400005032	35	5,52%	set/19	175	-
Prédio Angélica	0	DMS3.1227/05-09	20	7,98%	jan/19	3.658	-
						4.365	-
				Circulante		4.605	428
				Não circulante		1.255	322

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	Controladora	
						2019	2018
Notebooks	135	01-02 Convênio 0460	36	15,40%	nov/16	-	132
Notebooks	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	317	549
Notebooks e desktops	174	01-03 Convênio 0460	36	6,48%	ago/19	636	-
Notebooks e monitores	182	01-04 Convênio 0460	36	3,04%	dez/19	532	-
						1.485	681
Lançamento inicial 2019							
Veículo Fiat Toro	1	62	13	7,18%	jan/19	15	-
Veículo Jeep Compass	2	0033/17	13	7,18%	abr/19	24	-
Veículo Jeep Compass	3	2019050700005032	33	5,52%	out/19	213	-
Veículo Toyota Corolla e Toyota SW4	2	2019050700005032	34	5,52%	ago/19	280	-
Veículo Toyota Camry	1	2019020400005032	35	5,52%	set/19	175	-
Prédio Angélica	1	DMS3.1227/05-09	20	7,98%	jan/19	3.658	-
						4.365	-
						Circulante	<u>4.595</u> <u>364</u>
						Não circulante	<u>1.255</u> <u>317</u>

Contrato pós-fixado dos notebooks sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretroatável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil líquido dos bens adquiridos por meio dos contratos acima referidos e, que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Controladora, corresponde a R\$ 5.206, composto conforme segue:

	Consolidado		
	2019		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(373)	266
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(71)	565
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(12)	468
Veículo locado – contrato 62	49	(34)	15
Veículo locado – contrato 0033/17	77	(53)	24
Veículo locado – contrato 2019050700005032	232	(21)	211
Veículo locado – contrato 2019050700005032	305	(27)	278
Veículo locado – contrato 2019050700005032	190	(16)	174
Aluguel do prédio – contrato DMS3.1227/05-09	5.827	(2.622)	3.205
Equipamentos Cisu N48	117	(33)	84
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	<u>8.552</u>	<u>(3.262)</u>	<u>5.290</u>

<b>Consolidado</b>			
<b>2018</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	328	(219)	109
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(160)	479
Equipamentos Cisu N48	117	(10)	107
	<u>1.084</u>	<u>(389)</u>	<u>695</u>
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	<u>1.084</u>	<u>(389)</u>	<u>695</u>

<b>Controladora</b>			
<b>2019</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(373)	266
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(71)	565
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(12)	468
Veículo locado – contrato 62	49	(34)	15
Veículo locado – contrato 0033/17	77	(53)	24
Veículo locado – contrato 201905070005032	232	(21)	211
Veículo locado – contrato 201905070005032	305	(27)	278
Veículo locado – contrato 201905070005032	190	(16)	174
Aluguel do prédio – contrato DMS3.1227/05-09	5.827	(2.622)	3.205
	<u>8.435</u>	<u>(3.229)</u>	<u>5.206</u>
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	<u>8.435</u>	<u>(3.229)</u>	<u>5.206</u>

<b>Controladora</b>			
<b>2018</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	328	(219)	109
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(160)	479
	<u>967</u>	<u>(379)</u>	<u>588</u>
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	<u>967</u>	<u>(379)</u>	<u>588</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

<b>Consolidado</b>			
<b>Vencimento dos pagamentos futuros</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>2019</b>			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	4.840	1.309	6.149
Juros	(235)	(54)	(289)
	<u>4.605</u>	<u>1.255</u>	<u>5.860</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>4.605</u>	<u>1.255</u>	<u>5.860</u>

<b>Controladora</b>			
<b>Vencimento dos pagamentos futuros</b>			
<b>2019</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	4.830	1.309	6.139
Juros	(235)	(54)	(289)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	4.595	1.255	5.850

<b>Consolidado</b>			
<b>Vencimento dos pagamentos futuros</b>			
<b>2018</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	472	346	818
Juros	(44)	(24)	(68)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	428	322	750

<b>Controladora</b>			
<b>Vencimento dos pagamentos futuros</b>			
<b>2018</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	407	333	740
Juros	(43)	(16)	(59)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	364	317	681

A seguir os impactos nas demonstrações financeiras para o exercício de 2019 relacionadas a adoção do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019:

***Impacto no balanço patrimonial***

<b>Direito de uso</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Saldo inicial 31/12/2018	589	589
Transferência	108	-
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2019	7.943	7.943
Baixas	(99)	(99)
Depreciação	(3.251)	(3.227)
Saldo 31/12/2019	5.290	5.206

<b>Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Saldo inicial 31/12/2018	750	681
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	7.943	7.943
Impostos	174	176
Juros	584	584
Pagamento principal	(3.135)	(3.076)
Pagamento juros	(378)	(378)
Baixa de passivo arrendamento	<u>(78)</u>	<u>(80)</u>
Passivos de arrendamento	5.860	5.850

**(xvi) Impacto no resultado do exercício**

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Depreciação do direito de uso	(3.251)	(3.227)
Apropriação de juros dos arrendamentos	228	227

**(xvii) Impacto no Fluxo de caixa**

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>		
Apropriação de juros	228	227
Depreciação de direito de uso	(3.251)	(3.227)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(376)	(377)
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	(3.135)	(3.078)
<b>Itens sem efeito caixa</b>		
Adoção inicial	7.943	7.943

## 11 Estoques

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Materiais para revenda:				
Nacionais	5.539	21.207	5.539	18.063
Importados	16.996	17.167	16.996	17.167
Adiantamento a fornecedores:				
Nacional	431	455	431	455
Importados	-	5	-	5
Importações em andamento	<u>748</u>	<u>(3)</u>	<u>748</u>	<u>(3)</u>
	<u>23.714</u>	<u>38.831</u>	<u>23.714</u>	<u>35.687</u>

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre materias de revenda nacionais e importados, sendo em 2019 o valor correspondente de R\$ 17.902 (R\$ 17.542 em 2018) para a Controladora e R\$ 21.046 (R\$ 17.542 em 2018) no consolidado.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens danificados: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

## 12 Impostos e contribuições

### a. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) (i)	13.676	15.254	5.507	7.403
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	2.449	1.952	-	-
Total circulante	16.125	17.206	5.507	7.403

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social - IRPJ/CSLL

O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subseqüentes.

**b. Impostos e contribuições a recuperar**

		Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Contribuição para Financiamento da					
Seguridade Social (“COFINS”)	(i)	2.769	3.637	470	312
Imposto sobre produtos industrializados					
(“IPI”)	(ii)	1.901	1.136	1.901	1.136
Imposto sobre a circulação mercadorias e					
prestação de serviços (“ICMS”)	(iii)	6.523	6.726	6.504	6.673
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(iv)	321	543	321	543
Programa Integração Social (“PIS”)	(i)	525	811	102	68
Total circulante		12.039	12.853	9.298	8.732
ICMS na base do PIS e COFINS	(v)	11.248	-	11.248	-
Total não circulante		11.248	-	11.248	-

(i) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.

(ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(iv) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

(v) ICMS na base do PIS e COFINS

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/ COFINS desde outubro de 2006. Em dezembro de 2006, a Companhia obteve liminar para a exclusão do ICMS destacado nas operações de venda da base de cálculo do PIS/COFINS. Durante o período de dezembro de 2006 até julho de 2008 foram depositados em juízo o total atualizado de R\$ 14,6 milhões, bem como contabilizado o mesmo valor como provisão para contingências fiscais. Em janeiro de 2019 houve o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia e, em março de 2019 o valor da provisão foi estornada, permanecendo o valor em depósito que ainda não foi levantado.

A Companhia tem trabalhado para levantar os valores e evidências para o pedido de habilitação dos créditos junto à Receita Federal. Considerando a necessidade de definição concreta pelo STF sobre qual ICMS é passível de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS (o que ocorrerá quando do julgamento dos Embargos de Declaração pendentes), por medida conservadora, a NEC opta, em um primeiro momento, por apenas reconhecer os créditos decorrentes da inclusão do ICMS efetivamente pago na base de cálculo do PIS e da COFINS, em consonância com o entendimento do Fisco sobre o tema, inclusive com a edição da Solução de Consulta nº 13/2018.

Nessas condições, o valor apurado de crédito em dezembro de 2019 atingiu o valor corrigido de R\$ 11,2 milhões, reconhecido nas rubricas “Outras Receitas” (valor de principal de R\$ 6,1 milhões) e “Outras Receitas Financeiras” (juros da atualização dos créditos pela Selic no montante de R\$ 5,1 milhões). Ressalta-se que, o crédito reconhecido ainda não será objeto de pedido de habilitação perante à RFB, uma vez que a Companhia dispõe do prazo de 5 anos a contar da data do trânsito em julgado para apresentar o requerimento administrativo, definindo efetivamente o valor do seu crédito pretendido.

A Controlada não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os quais a Companhia não registrou ativo fiscal diferido devido a falta de expectativa de lucro tributários futuro. Apesar de não reconhecer esses créditos, os mesmos não expiraram são demonstrados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2019	1.530.318	1.517.731
Base negativa de contribuição social	1.580.053	1.567.466
	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2018	1.520.756	1.518.899
Base negativa de contribuição social	1.570.490	1.568.633

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.105.838 (R\$ 1.105.838 em 2018) e R\$ 1.123.114 (R\$ 1.123.114 em 2018) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

### **c. Imposto de renda e contribuição social a recolher**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
IRRF de terceiros a recolher	971	951	53	35
CSLL parcelado	362	373	-	-
IRPJ parcelado	291	283	-	-
IRPJ a recolher	10	-	10	-
CSLL a recolher	10	-	10	-
	<b>1.644</b>	<b>1.607</b>	<b>73</b>	<b>35</b>
Total circulante	<b>1.644</b>	<b>1.607</b>	<b>73</b>	<b>35</b>
IRPJ e CSL (parcelamento)	438	1.752	-	-
Total não circulante	<b>438</b>	<b>1.752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**d. Impostos e contribuições a recolher**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (vi)	12.496	12.015	12.496	12.016
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13) (vi)	(9.312)	(8.960)	(9.312)	(8.960)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)	2.111	3.106	2.111	3.106
PIS e COFINS sobre faturamento	1.141	3.030	707	2.559
ISSQN sobre faturamento	1.793	2.004	1.755	1.985
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento	862	1.455	862	1.455
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros	943	1.228	941	1.226
Inss a recolher Mp 563/12	24	38	-	-
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) sobre faturamento	407	1.198	407	1.198
Outros	264	257	241	237
<b>Total circulante</b>	<b>10.729</b>	<b>15.371</b>	<b>10.208</b>	<b>14.822</b>
PIS e COFINS sobre faturamento (parcelamento)	164	658	-	-
Inss a Recolher Mp 563/12 (parcelamento)	-	25	-	-
<b>Total não circulante</b>	<b>164</b>	<b>683</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(vi) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”. Em 2017, a Controladora aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo:

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total dos depósitos judiciais realizados na Controladora corresponde a R\$ 25.569 (R\$ 24.996 em 2018). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 9.312 (R\$ 8.960 em 2018), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 16.257 (R\$ 16.036 em 2018), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 13.

**Movimentação dos saldos**

		<b>Consolidado</b>				
		<b>2018</b>	<b>2019</b>			
<b>Processo</b>	<b>Imposto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>		<b>Exclusão</b>	<b>Saldo Final</b>
			<b>Correção Monetária (*)</b>	<b>Provisão</b>	<b>Baixa por Pagamento</b>	
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.294	177	-	-	2.471
2002.61.19.003660-4	INSS	582	18	-	-	600
2002.61.19.003659-8	INSS	487	15	-	-	502
2001.61.19.003653-3	INSS	154	5	-	-	159
2001.61.19.003654-5	INSS	533	17	-	-	550
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	989	31	-	-	1.020
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.661	114	-	-	3.775
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.315	104	-	-	3.419
		<u>12.015</u>	<u>481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.496</u>

**Movimentação dos saldos**

		<b>Consolidado</b>				
		<b>2017</b>	<b>2018</b>			
<b>Processo</b>	<b>Imposto</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>		<b>Exclusão</b>	<b>Saldo Final</b>
			<b>Correção Monetária (*)</b>	<b>Provisão</b>	<b>Baixa por Pagamento</b>	
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.105	189	-	-	2.294
2002.61.19.003660-4	INSS	563	19	-	-	582
2002.61.19.003659-8	INSS	470	17	-	-	487
2001.61.19.003653-3	INSS	149	5	-	-	154
2001.61.19.003654-5	INSS	516	17	-	-	533
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	956	33	-	-	989
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.539	122	-	-	3.661
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.204	111	-	-	3.315
		<u>11.502</u>	<u>513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.015</u>

(\*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 5,91% a.a. em 2019 (6,29% em 2018) e é determinada com base na Selic.

### **Conciliação da taxa efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.411)	(25.830)	(45.438)	(27.234)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	15.440	8.782	15.449	9.260
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(8.609)	(1.654)	(8.598)	(1.648)
Outros itens: Ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(7.760)	(8.532)	(7.753)	(7.612)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(929)	(1.404)	(902)	-
Alíquota efetiva	2%	5%	2%	0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

## **13 Despesas antecipadas**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Custo antecipados de serviços	37.385	46.759	33.162	38.503
Seguros	1.575	1.166	1.572	1.131
Impostos sobre vendas não reconhecidas	2.723	3.951	2.723	3.951
Outros	1.655	1.887	41	112
Total circulante	43.338	53.763	37.498	43.697
Custo antecipados de serviços	3.839	3.177	-	-
Seguros	20	21	-	-
Total não circulante	3.859	3.198	-	-

## 14 Depósitos judiciais

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	17.892	16.125	17.892	16.125
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	25.569	24.996	25.569	24.996
Processos previdenciários (i)	545	529	545	529
Processos trabalhistas (i)	3.305	3.125	3.228	3.026
Processos cíveis (i)	53	51	53	51
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>47.364</b>	<b>44.826</b>	<b>47.287</b>	<b>44.727</b>
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>				
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(1.642)	(14.287)	(1.642)	(14.287)
Processos previdenciários	-	(529)	-	(529)
Processos trabalhistas	(1.181)	(1.285)	(1.171)	(1.205)
<b>Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)</b>	<b>(2.823)</b>	<b>(16.101)</b>	<b>(2.813)</b>	<b>(16.021)</b>
Depósitos Anistia - REFIS	(9.312)	(8.960)	(9.312)	(8.960)
<b>Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 12d) (vi)</b>	<b>(9.312)</b>	<b>(8.960)</b>	<b>(9.312)</b>	<b>(8.960)</b>
<b>Valores apresentados no ativo não circulante</b>	<b>35.229</b>	<b>19.765</b>	<b>35.162</b>	<b>19.746</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o valor de depósitos judiciais relacionados aos processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis, totalizava R\$ 21.718 (R\$ 19.731 em 2018). Deste montante, R\$ 2.813 (R\$ 16.021 em 2018) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 18.905 (R\$ 3.710 em 2018) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R\$ 25.569 (R\$ 24.996 em 2018) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 9.312 (R\$ 8.960 em 2018). O saldo remanescente, de R\$ 16.257 (R\$ 16.036 em 2018), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

## Movimentação dos depósitos judiciais

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2018</b>		<b>2019</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	16.125	1.767	-	-	-	17.892
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.996	573	-	-	-	25.569
Processos previdenciários	529	16	-	-	-	545
Processos trabalhistas	3.125	355	(71)	(104)	-	3.305
Processos cíveis	51	2	-	-	-	53
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>44.826</b>	<b>2.713</b>	<b>(71)</b>	<b>(104)</b>	<b>-</b>	<b>47.364</b>

  

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2017</b>		<b>2018</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	15.618	569	-	(62)	-	16.125
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.386	610	-	-	-	24.996
Processos previdenciários	511	18	-	-	-	529
Processos trabalhistas	3.126	793	(480)	(190)	(124)	3.125
Processos cíveis	50	1	-	-	-	51
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>43.691</b>	<b>1.991</b>	<b>(480)</b>	<b>(252)</b>	<b>(124)</b>	<b>44.826</b>

  

	<b>Controladora</b>					
	<b>2018</b>		<b>2019</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	16.125	1.767	-	-	-	17.892
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.996	573	-	-	-	25.569
Processos previdenciários	529	16	-	-	-	545
Processos trabalhistas	3.026	345	(39)	(104)	-	3.228
Processos cíveis	51	2	-	-	-	53
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>44.727</b>	<b>2.703</b>	<b>(39)</b>	<b>(104)</b>	<b>-</b>	<b>47.287</b>

	<b>Controladora</b>					<b>Saldo final</b>
	<b>2017</b>	<b>2018</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões</b>	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	15.618	569	-	(62)	-	16.125
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.386	610	-	-	-	24.996
Processos previdenciários	511	18	-	-	-	529
Processos trabalhistas	3.012	792	(464)	(190)	(124)	3.026
Processos cíveis	50	1	-	-	-	51
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>43.577</b>	<b>1.990</b>	<b>(464)</b>	<b>(252)</b>	<b>(124)</b>	<b>44.727</b>

## 15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes (Nota 9)	242	183	1.404	183
Outros créditos	6.396	2.190	6.396	2.190
	<u>6.638</u>	<u>2.373</u>	<u>7.800</u>	<u>2.373</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores (Nota 21)	6.488	35.349	6.497	35.358
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.371	29.770	1.371	29.770
Outras contas a pagar	258	473	258	473
	<u>8.117</u>	<u>65.592</u>	<u>8.126</u>	<u>65.601</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	14.765	14.765	14.765	14.765
	<u>14.765</u>	<u>14.765</u>	<u>14.765</u>	<u>14.765</u>
<b>Resultado</b>				
Receita operacional (Nota 24)	4.025	13.236	4.025	13.236
Compras	19.510	47.379	19.622	48.340
Reembolso de despesas	-	-	1.162	-

### Remuneração pessoas chave da Administração

Os honorários da Administração, no montante total de R\$ 2.083 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.641 em 2018), incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Controladora e Consolidado estão demonstrados abaixo:

Controladora	2019								
	Resultado			Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Vendas	Compras	Reemboldo de despesas	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
<b>Controladora do Grupo</b>									
NEC Corporation (Japão)	4.025	9.516	-	242	2.426	1.017	1.371	121	14.765
<b>Outras partes relacionadas</b>									
NEC America, Inc. (EUA)	-	2.115	-	-	-	820	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.471	-	-	977	64	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	251	-	-	-	4	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	177	-	-	-	105	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	758	-	-	1.393	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	208	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	1.143	-	-	741	-	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	-	859	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	-	3.912	-	-	-
NEC Soltion Innovators LTD.	-	37	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	824	-	-	-	107	-	137	-
NEC Iberia S.L.	-	2.272	-	-	-	413	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	738	-	-	-	46	-	-	-
NEC Soluções de Segurança Cibernática do Brasil S.A	-	112	1.162	1.162	-	9	-	-	-
	<u>4.025</u>	<u>19.622</u>	<u>1.162</u>	<u>1.404</u>	<u>6.396</u>	<u>6.497</u>	<u>1.371</u>	<u>258</u>	<u>14.765</u>

**2019**

<b>Consolidado</b>	<b>Resultado</b>		<b>Ativo circulante</b>		<b>Passivo circulante</b>			<b>Passivo não circulante</b>	
	<b>Vendas</b>	<b>Compras</b>	<b>Reemboldo de despesas</b>	<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>Outros créditos</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Outras Contas a pagar</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>
<b>Controladora do Grupo</b>									
NEC Corporation (Japão)	4.025	9.516	-	242	2.426	1.017	1.371	121	14.765
<b>Outras partes relacionadas</b>									
NEC America, Inc. (EUA)	-	2.115	-	-	-	820	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.471	-	-	977	64	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	251	-	-	-	4	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	177	-	-	-	105	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	758	-	-	1.393	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	208	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	1.143	-	-	741	-	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	-	859	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	-	3.912	-	-	-
NEC Soltion Innovators LTD.	-	37	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	824	-	-	-	107	-	137	-
NEC Iberia S.L.	-	2.272	-	-	-	413	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	738	-	-	-	46	-	-	-
	<b>4.025</b>	<b>19.510</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>6.396</b>	<b>6.488</b>	<b>1.371</b>	<b>258</b>	<b>14.765</b>

**2018**

Controladora	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
<b>Controladora do Grupo</b>								
NEC Corporation (Japão)	13.117	32.744	173	614	32.048	29.770	203	14.765
<b>Outras partes relacionadas</b>								
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.548	-	-	692	-	-	-
NEC Argentina S.A.	10	2.103	10	386	951	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	2.937	-	-	305	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	713	-	-	49	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	814	-	532	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	104	-	-	-	-	-	-
NEC Neva Communications System.	109	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	2.412	-	245	118	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	413	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	44	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	422	-	-	-	-	270	-
NEC Europe LTD.	-	441	-	-	-	-	-	-
NEC Iberia S.L.	-	1.017	-	-	-	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	2.124	-	-	1.137	-	-	-
NEC Soluções de Segurança Cibernática do Brasil S.A	-	961	-	-	9	-	-	-
	<u>13.236</u>	<u>48.340</u>	<u>183</u>	<u>2.190</u>	<u>35.353</u>	<u>29.770</u>	<u>473</u>	<u>14.765</u>

		2018							
Consolidado	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	
<b>Controladora do Grupo</b>									
NEC Corporation (Japão)	13.117	32.744	173	614	32.048	29.770	203	14.765	
<b>Outras partes relacionadas</b>									
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.548	-	-	692	-	-	-	
NEC Argentina S.A.	10	2.103	10	386	951	-	-	-	
NESIC Brasil S.A.	-	2.937	-	-	305	-	-	-	
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	713	-	-	49	-	-	-	
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	814	-	532	-	-	-	-	
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	104	-	-	-	-	-	-	
NEC Neva Communications System.	109	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Chile	-	2.412	-	245	118	-	-	-	
NEC Colombia	-	-	-	413	-	-	-	-	
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	44	-	-	-	
NEC Management Partner LTD	-	422	-	-	-	-	270	-	
NEC Europe LTD.	-	441	-	-	-	-	-	-	
NEC Iberia S.L.	-	1.017	-	-	-	-	-	-	
NEC Energy Solutions, Inc	-	2.124	-	-	1.137	-	-	-	
	<u>13.236</u>	<u>47.379</u>	<u>183</u>	<u>2.190</u>	<u>35.344</u>	<u>29.770</u>	<u>473</u>	<u>14.765</u>	

## 16 Outros investimentos

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
NEC Argentina S.A.	2.031	18.807	2.031	18.807
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	963	963	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	102	102	102
Total	4.902	21.678	4.902	21.678

### Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Controladora			
			2018	2019		Saldo Final
			Saldo Inicial	Adições	Provisão	
Nec Argentina S.A.	19.831.774	4,71%	18.807	-	-	18.807
Provisão do investimento NEC Argentina	n/a	n/a	-	-	(16.776)	(16.776)
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	-	102
Total			21.678	-	(16.776)	4.902

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou a avaliação do valor justo de seus investimentos e identificou a necessidade de uma provisão no investimento na NEC Argentina S.A. no valor de 16.776, considerando a deterioração do ambiente econômico do país em que a empresa investida está e a falta de expectativa de rentabilidade dessa investida.

## 17 Investimentos / Provisão para passivo a descoberto em controlada

	Controladora	
	2019	2018
<i>Investimentos:</i>		
NEC Soluções Segurança Cibernética S.A.	(20.755)	397
NEC Soluções Segurança Cibernética S.A. - Ágio	-	35.633
Total investimentos	(20.755)	36.030

## Movimentação dos saldos

	Controladora							
	2018			2019				
	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Adições	Provisão para perda no valor recuperável	Amortização mais valia	Resultado de equivalencia patrimonial	Saldo Final
<b>Outros investimentos</b>								
NEC Soluções Segurança Cibernética	984.043	100%	397	-	-	-	(21.152)	(20.755)
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	-	-	29.364	-	-	-	-	29.364
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	-	-	-	-	(29.364)	-	-	(29.364)
NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificaves	-	-	6.269	-	-	(1.059)	-	5.210
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificaves	-	-	-	-	(5.210)	-	-	(5.210)
Datavia	99.998	100%	94	-	-	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	-	-	(94)
<b>Total investimentos</b>			<u>36.030</u>	<u>-</u>	<u>(34.574)</u>	<u>(1.059)</u>	<u>(21.152)</u>	<u>(20.755)</u>

## 18 Imobilizado

### Consolidado

Custo	Instalações	Benfeitorias bens de terceiros	Direito de Uso prédio Nota 10b)	Máquinas e equipamentos (i)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso veículos Nota 10b)	Equipamentos de informática	Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	Direito de Uso equipamentos informática Nota 10b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>3.502</b>	<b>3.581</b>	-	<b>74.483</b>	<b>1.369</b>	<b>3.756</b>	<b>653</b>	-	<b>14.199</b>	<b>92</b>	<b>854</b>	<b>992</b>	<b>(1.167)</b>	<b>102.314</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	301	-	-	4.499	-	4.800
Transferências	-	18	-	2.154	786	15	-	-	554	-	639	(4.166)	-	-
Baixas	(29)	(20)	-	(8.365)	(613)	(170)	(210)	-	(2.065)	-	(153)	-	189	(11.436)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.473</b>	<b>3.579</b>	-	<b>68.272</b>	<b>1.542</b>	<b>3.601</b>	<b>443</b>	-	<b>12.989</b>	<b>92</b>	<b>1.340</b>	<b>1.325</b>	<b>(978)</b>	<b>95.678</b>
Adições	-	-	-	-	-	12	-	-	274	-	-	9.889	-	10.175
Transferências	22	202	5.827	1.882	40	122	-	1.000	(47)	-	1.224	(10.272)	-	-
Baixas	(22)	-	-	(8.435)	(10)	(222)	-	(147)	(1.153)	-	(518)	-	978	(9.529)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.473</b>	<b>3.781</b>	<b>5.827</b>	<b>61.719</b>	<b>1.572</b>	<b>3.513</b>	<b>443</b>	<b>853</b>	<b>12.063</b>	<b>92</b>	<b>2.046</b>	<b>942</b>	-	<b>96.324</b>
<b>Depreciação</b>														
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>(2.744)</b>	<b>(3.666)</b>	-	<b>(64.414)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(3.209)</b>	<b>(629)</b>	-	<b>(12.015)</b>	<b>(71)</b>	<b>(634)</b>	-	-	<b>(88.618)</b>
Adições	(130)	(31)	-	(4.467)	(74)	(129)	(16)	-	(977)	(4)	(269)	-	-	(6.097)
Transferências	(250)	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	29	20	-	8.346	613	163	210	-	2.092	-	152	-	-	11.625
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>(3.095)</b>	<b>(3.427)</b>	-	<b>(60.535)</b>	<b>(697)</b>	<b>(3.175)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(10.900)</b>	<b>(75)</b>	<b>(751)</b>	-	-	<b>(83.090)</b>
Adições	(73)	(108)	(2.622)	(3.222)	(98)	(82)	(8)	(219)	(829)	(4)	(386)	-	-	(7.651)
Transferências	-	-	-	126	(126)	-	-	-	24	-	(24)	-	-	-
Baixas	22	-	-	7.697	9	160	-	68	1.121	-	498	-	-	9.575
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>(3.146)</b>	<b>(3.535)</b>	<b>(2.622)</b>	<b>(55.934)</b>	<b>(912)</b>	<b>(3.097)</b>	<b>(443)</b>	<b>(151)</b>	<b>(10.584)</b>	<b>(79)</b>	<b>(663)</b>	-	-	<b>(81.166)</b>
<b>Valor líquido contábil:</b>														
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>378</b>	<b>152</b>	-	<b>7.737</b>	<b>845</b>	<b>426</b>	<b>8</b>	-	<b>2.089</b>	<b>17</b>	<b>589</b>	<b>1.325</b>	<b>(978)</b>	<b>12.588</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>327</b>	<b>246</b>	<b>3.205</b>	<b>5.785</b>	<b>660</b>	<b>416</b>	-	<b>702</b>	<b>1.479</b>	<b>13</b>	<b>1.383</b>	<b>942</b>	-	<b>15.158</b>

## Controladora

Custo	Benfeitorias Instalações	bens de terceiros	Direito de Uso prédio Nota 10b)	Máquinas e equipamentos (ii)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso veículos Nota 10b)	Equipamentos de informática	Direito de Uso equipamentos de informática Nota 10b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>2.476</b>	<b>3.581</b>	-	<b>74.481</b>	<b>1.369</b>	<b>3.057</b>	<b>653</b>	-	<b>7.923</b>	<b>854</b>	<b>992</b>	<b>(1.167)</b>	<b>94.219</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.499	-	4.499
Transferências	-	18	-	2.154	786	15	-	-	554	639	(4.166)	-	-
Baixas	(29)	(20)	-	(8.365)	(613)	(170)	(210)	-	(1.761)	(153)	-	189	(11.132)
<b>31 de janeiro de 2018</b>	<b>2.447</b>	<b>3.579</b>	-	<b>68.270</b>	<b>1.542</b>	<b>2.902</b>	<b>443</b>	-	<b>6.716</b>	<b>1.340</b>	<b>1.325</b>	<b>(978)</b>	<b>87.586</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.889	-	9.889
Transferências	22	202	5.827	1.882	40	122	-	1.000	61	1.116	(10.272)	-	-
Baixas	(22)	-	-	(8.435)	(10)	(220)	-	(147)	(464)	(518)	-	978	(8.838)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.447</b>	<b>3.781</b>	<b>5.827</b>	<b>61.717</b>	<b>1.572</b>	<b>2.804</b>	<b>443</b>	<b>853</b>	<b>6.313</b>	<b>1.938</b>	<b>942</b>	-	<b>88.637</b>
<b>Depreciação</b>													
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>(2.154)</b>	<b>(3.666)</b>	-	<b>(64.413)</b>	<b>(1.236)</b>	<b>(2.717)</b>	<b>(629)</b>	-	<b>(7.387)</b>	<b>(634)</b>	-	-	<b>(82.836)</b>
Adições	(38)	(31)	-	(4.467)	(74)	(74)	(16)	-	(332)	(269)	-	-	(5.301)
Transferências	(250)	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	29	20	-	8.346	613	163	210	-	1.725	152	-	-	11.258
<b>31 de janeiro de 2018</b>	<b>(2.413)</b>	<b>(3.427)</b>	-	<b>(60.534)</b>	<b>(697)</b>	<b>(2.628)</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(5.994)</b>	<b>(751)</b>	-	-	<b>(76.879)</b>
Adições	(11)	(108)	(2.622)	(3.222)	(98)	(49)	(8)	(219)	(254)	(386)	-	-	(6.977)
Transferências	-	-	-	126	(126)	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	22	-	-	7.697	9	158	-	68	435	498	-	-	8.887
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>(2.402)</b>	<b>(3.535)</b>	<b>(2.622)</b>	<b>(55.933)</b>	<b>(912)</b>	<b>(2.519)</b>	<b>(443)</b>	<b>(151)</b>	<b>(5.813)</b>	<b>(639)</b>	-	-	<b>(74.969)</b>
<b>Valor líquido contábil:</b>													
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>34</b>	<b>152</b>	-	<b>7.736</b>	<b>845</b>	<b>274</b>	<b>8</b>	-	<b>722</b>	<b>589</b>	<b>1.325</b>	<b>(978)</b>	<b>10.707</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>45</b>	<b>246</b>	<b>3.205</b>	<b>5.784</b>	<b>660</b>	<b>285</b>	-	<b>702</b>	<b>500</b>	<b>1.299</b>	<b>942</b>	-	<b>13.668</b>

(i) A Companhia realizou avaliação na provisão para valor recuperável e identificou a necessidade da baixa.

(ii) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

## 19 Intangível

### Consolidado

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	Gastos com softwares (b)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Gastos Pré-operacionais- incorp. Blue Ocean	Agio - Software desenvolvido internamente	Direito de Uso	Agio - Relacionamento com clientes	Goodwill	Provisão redução ao valor recuperável	Total
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>31.424</b>	<b>24.313</b>	<b>71</b>	<b>130</b>	<b>4.369</b>	<b>4.437</b>	<b>8.652</b>	<b>29.364</b>	<b>(24.875)</b>	<b>77.885</b>
Adições	-	-	254	-	197	-	-	-	-	451
Transferências	-	325	(325)	-	-	30	-	-	-	30
Baixas	-	(28)	-	-	-	-	-	-	-	(28)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31.424</b>	<b>24.610</b>	<b>-</b>	<b>130</b>	<b>4.566</b>	<b>4.467</b>	<b>8.652</b>	<b>29.364</b>	<b>(24.875)</b>	<b>78.338</b>
Adições	-	-	214	-	-	683	-	-	-	897
Transferências	-	214	(214)	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(31.424)	(15.987)	-	-	-	(12)	(5.210)	(29.364)	22.029	(59.968)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>8.837</b>	<b>-</b>	<b>130</b>	<b>4.566</b>	<b>5.138</b>	<b>3.442</b>	<b>-</b>	<b>(2.846)</b>	<b>19.267</b>
<b>Amortização</b>										
<b>01 de janeiro de 2018</b>	<b>(7.912)</b>	<b>(21.968)</b>	<b>-</b>	<b>(117)</b>	<b>(883)</b>	<b>(3.951)</b>	<b>(1.324)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.155)</b>
Adições	-	(737)	-	(4)	-	(320)	(1.059)	-	-	(2.120)
Transferência	-	28	-	-	-	-	-	-	-	28
Baixas	-	-	-	-	-	8	-	-	-	8
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>(7.912)</b>	<b>(22.677)</b>	<b>-</b>	<b>(121)</b>	<b>(883)</b>	<b>(4.263)</b>	<b>(2.383)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.239)</b>
Adições	-	(408)	-	-	-	(539)	(1.059)	-	-	(2.006)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	7.912	14.623	-	-	-	-	-	-	-	22.535
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(8.462)</b>	<b>-</b>	<b>(121)</b>	<b>(883)</b>	<b>(4.802)</b>	<b>(3.442)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.710)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>										
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>23.512</b>	<b>1.933</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>204</b>	<b>6.269</b>	<b>29.364</b>	<b>(24.875)</b>	<b>40.099</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>375</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>336</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.846)</b>	<b>1.557</b>

## Controladora

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos	Gastos com softwares (a)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>31.424</b>	<b>24.313</b>	<b>71</b>	<b>(24.875)</b>	<b>30.933</b>
Adições	-	-	254	-	254
Transferências	-	325	(325)	-	-
Baixas	-	(28)	-	-	(28)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31.424</b>	<b>24.610</b>	<b>-</b>	<b>(24.875)</b>	<b>31.159</b>
Adições	-	-	214	-	214
Transferências	-	214	(214)	-	-
Baixas	(31.424)	(15.987)	-	24.875	(22.536)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>8.837</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.837</b>
<b>Amortização</b>					
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>(7.912)</b>	<b>(21.968)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.880)</b>
Adições	-	(737)	-	-	(737)
Transferências	-	28	-	-	28
Baixas	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>(7.912)</b>	<b>(22.677)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30.589)</b>
Adições	-	(408)	-	-	(408)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	7.912	14.623	-	-	22.535
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(8.462)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.462)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>					
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>23.512</b>	<b>1.933</b>	<b>-</b>	<b>(24.875)</b>	<b>570</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>375</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>375</b>

(a) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

### Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado o teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2019 e 2018, razão pela qual a Companhia decidiu baixar os projetos.

## 20 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	39.998	16.434	-	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	159.170	133.276	156.703	133.276
Empréstimos com partes relacionadas(Nota 14)	1.371	29.770	1.371	29.770
<b>Total circulante</b>	<b>200.539</b>	<b>179.480</b>	<b>158.074</b>	<b>163.046</b>
Empréstimos bancários	-	12.000	-	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	14.765	14.765	14.765	14.765
<b>Total não circulante</b>	<b>14.765</b>	<b>26.765</b>	<b>14.765</b>	<b>14.765</b>

Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2019, R\$ 16.136 referem-se aos empréstimos captados em 2016 junto a sua matriz NEC Corporation, na modalidade Lei 4131.

### Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Consolidado	
					2019	2018
Empréstimos bancários	EUR	94,80% CDI	CDI	2020	26.417	-
Empréstimos bancários	USD	3,662857% aa	Libor + IR+Spread	2020	22.088	-
Empréstimos bancários	USD	2,540000% aa	Libor + IR+Spread	2020	41.990	-
Empréstimos bancários	EUR	0,063300% aa	Libor + IR+Spread	2020	41.058	-
Empréstimos bancários	EUR	0,000633% aa	Libor + IR+Spread	2020	10.783	-
Empréstimos bancários	USD	99,8% CDI	CDI	2020	14.367	-
Empréstimos bancários	BRL	112%	CDI	2020	42.465	28.434
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a 1,7% a.a	Libor + IR+Spread	2020/2021	16.136	44.535
Empréstimos bancários	USD	94,80%, 0,35% a 2,81%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	39.573
Empréstimos bancários	USD	96,80%, 0,34% a 2,70%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	40.723
Empréstimos bancários	USD	97,00%, 0,40% a 3,21%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	10.429
Empréstimos bancários	EUR	7,30%, 0,1603% a 0,4810%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	27.337
Empréstimos bancários	EUR	6,1216%, 0,0218% a 0,0654%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	15.214
<b>Total empréstimos</b>					<b>215.304</b>	<b>206.245</b>

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Controladora	
					2019	2018
Empréstimos bancários	EUR	94,80% CDI	CDI	2020	26.417	-
Empréstimos bancários	USD	3,662857% aa	Libor + IR+Spread	2020	22.088	-
Empréstimos bancários	USD	2,540000% aa	Libor + IR+Spread	2020	41.990	-
Empréstimos bancários	EUR	0,063300% aa	Libor + IR+Spread	2020	41.058	-
Empréstimos bancários	EUR	0,000633% aa	Libor + IR+Spread	2020	10.783	-
Empréstimos bancários	USD	99,8% CDI	CDI	2020	14.367	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a	Libor + IR+Spread	2020/2021	16.136	44.535
Empréstimos bancários	USD	1,7% a.a	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	39.573
Empréstimos bancários	USD	94,80%, 0,35% a 2,81%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	40.723
Empréstimos bancários	USD	96,80%, 0,34% a 2,70%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	10.429
Empréstimos bancários	USD	97,00%, 0,40% a 3,21%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	-
		7,30%, 0,1603% a				
Empréstimos bancários	EUR	0,4810%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	27.337
		6,1216%, 0,0218% a				
Empréstimos bancários	EUR	0,0654%	CDI Pós + IR + Spread	2019	-	15.214
<b>Total empréstimos</b>					<b>172.839</b>	<b>177.811</b>

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

### Movimentação dos saldos

Consolidado							
2019							
2018	Adições			Baixas			Saldo final
	Saldo inicial	Captações principal	Varição Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	28.434	32.437	-	2.344	(19.784)	(966)	42.465
Empréstimos bancários	177.811	146.809	6.399	5.290	(155.246)	(8.224)	172.839
	<u>206.245</u>	<u>179.246</u>	<u>6.399</u>	<u>7.634</u>	<u>(175.030)</u>	<u>(9.190)</u>	<u>215.304</u>
Consolidado							
2018							
2017	Adições			Baixas			Saldo final
	Saldo inicial	Captações principal	Varição Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	8.662	33.020	-	1.598	(13.310)	(1.536)	28.434
Empréstimos bancários	129.323	128.000	3.856	10.986	(77.000)	(17.354)	177.811
	<u>137.985</u>	<u>161.020</u>	<u>3.856</u>	<u>12.584</u>	<u>(90.310)</u>	<u>(18.890)</u>	<u>206.245</u>
Controladora							
2019							
2018	Adições			Baixas			Saldo final
	Saldo inicial	Captações principal	Varição cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	
Empréstimos bancários	177.811	146.809	6.399	5.290	(155.246)	(8.224)	172.839
	<u>177.811</u>	<u>146.809</u>	<u>6.399</u>	<u>5.290</u>	<u>(155.246)</u>	<u>(8.224)</u>	<u>172.839</u>

	<b>Controladora</b>						
	<b>2018</b>						
	<b>2017</b>	<b>Adições</b>			<b>Baixas</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>Captações principal</b>	<b>Varição cambial</b>	<b>Juros provisionados</b>	<b>Amortização principal</b>	<b>Amortização juros</b>	<b>Saldo final</b>	
<b>Empréstimos bancários</b>	129.322	128.000	3.856	10.987	(77.000)	(17.354)	177.811
	<u>129.322</u>	<u>128.000</u>	<u>3.856</u>	<u>10.987</u>	<u>(77.000)</u>	<u>(17.354)</u>	<u>177.181</u>

## 21 Fornecedores

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
No País	29.125	33.551	28.550	31.421
No exterior	14.390	19.671	14.390	19.572
Partes relacionadas (Nota 14)	6.488	35.349	6.497	35.358
Provisão de custos (i)	<u>23.607</u>	<u>24.576</u>	<u>23.607</u>	<u>24.576</u>
Total circulante	<u>73.610</u>	<u>113.147</u>	<u>73.044</u>	<u>110.927</u>

- (i) A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal. O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (Project Management) ou BCM (Business Control Management) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis

## 22 Provisões

### a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2019</b>		
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias	4.392	(1.642)	2.750
Trabalhistas	<u>9.292</u>	<u>(1.181)</u>	<u>8.111</u>
	<u>13.684</u>	<u>(2.823)</u>	<u>10.861</u>

<b>Consolidado</b>			
<b>2018</b>			
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias	30.885	(14.286)	16.599
Previdenciários	3.101	(529)	2.572
Trabalhistas	6.417	(1.285)	5.132
Cíveis	965	-	965
	<u>41.368</u>	<u>(16.100)</u>	<u>25.268</u>
<b>Controladora</b>			
<b>2019</b>			
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias	4.392	(1.642)	2.750
Trabalhistas	9.263	(1.171)	8.092
	<u>13.655</u>	<u>(2.813)</u>	<u>10.842</u>
<b>Controladora</b>			
<b>2018</b>			
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>
Tributárias	30.885	(14.286)	16.599
Previdenciários	3.101	(529)	2.572
Trabalhistas	6.337	(1.205)	5.132
Cíveis	965	-	965
	<u>41.288</u>	<u>(16.020)</u>	<u>25.268</u>

### **Movimentação dos processos no exercício**

<b>Consolidado</b>							
	<b>2018</b>		<b>2019</b>				
<b>Provisão para contingências</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões (i)</b>	<b>Reclassificação (ii)</b>	<b>Saldo final</b>
Tributárias	30.885	2.981	(3.674)	-	(25.800)	-	4.392
Previdenciários	3.101	15	-	-	(3.116)	-	-
Trabalhistas	6.417	8.425	(3.007)	-	(2.543)	-	9.292
Cíveis	965	13	(919)	-	(59)	-	-
	<u>41.368</u>	<u>11.434</u>	<u>(7.600)</u>	<u>-</u>	<u>(31.518)</u>	<u>-</u>	<u>13.684</u>
<b>Depósitos judiciais</b>							
Tributárias	(14.286)	(1.725)	-	-	-	14.369	(1.642)
Previdenciários	(529)	(17)	-	-	-	546	-
Trabalhistas	(1.285)	(257)	80	78	20	183	(1.181)
	<u>(16.100)</u>	<u>(1.999)</u>	<u>80</u>	<u>78</u>	<u>20</u>	<u>15.098</u>	<u>(2.823)</u>
	<u>25.268</u>	<u>9.435</u>	<u>(7.520)</u>	<u>78</u>	<u>(31.498)</u>	<u>15.098</u>	<u>10.861</u>

<b>Controladora</b>							
	<b>2018</b>		<b>2019</b>				
<b>Provisão para contingências</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilização</b>	<b>Resgate</b>	<b>Reversões (i)</b>	<b>Reclassificação (ii)</b>	<b>Saldo final</b>
Tributárias	30.885	2.981	(3.674)	-	(25.800)	-	4.392
Previdenciários	3.101	15	-	-	(3.116)	-	-
Trabalhistas	6.337	8.349	(3.007)	-	(2.416)	-	9.263
Cíveis	965	13	(919)	-	(59)	-	-
	<u>41.288</u>	<u>11.358</u>	<u>(7.600)</u>	<u>-</u>	<u>(31.391)</u>	<u>-</u>	<u>13.655</u>
<b>Depósitos judiciais</b>							
Tributárias	(14.286)	(1.725)	-	-	-	14.369	(1.642)
Previdenciários	(529)	(17)	-	-	-	546	-
Trabalhistas	(1.205)	(247)	-	78	20	183	(1.171)
	<u>(16.020)</u>	<u>(1.989)</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>20</u>	<u>15.098</u>	<u>(2.813)</u>
	<u>25.268</u>	<u>9.369</u>	<u>(7.600)</u>	<u>78</u>	<u>(31.371)</u>	<u>15.098</u>	<u>10.842</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas/previdenciários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2019.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

### ***Processos com risco de perda provável***

#### ***Processos tributários***

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 3.106 (R\$ 17.021 em 2018).
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 1.286 (R\$ 13.864 em 2018).
- **Processos trabalhistas** - A Companhia se defende em 87 processos trabalhistas com risco de perda provável (81 em 2018), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 9.263 (R\$ 6.337 em 2018). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.

#### ***Processos com risco de perda possível***

- **Processos com risco de perda possível** - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
  - (a) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2019 é R\$ 523 milhões (R\$ 423 milhões em 2018). Em 2019, a Companhia recebeu a carta de citação da Execução Fiscal nº 5020392-65.2019.4.03.6182, ajuizada pela Fazenda Nacional para cobrança do mesmo

débito discutido na Ação Anulatória nº 0022825-93.2016.4.01.3400. Assim, considerando a lavratura de Certidão de Dívida Ativa e ajuizamento de Executivo Fiscal, foi acrescido o percentual de 20% no valor total da contingência a título de honorários de sucumbência, conforme disposto na CDA

***Processos com risco de perda remoto***

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

Auto de Infração emitido pela Municipalidade de Itaquaquecetuba, no valor atualizado de R\$ 391.583 (R\$ 364.129 em 2018), que tem como objeto a cobrança de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de decadência e que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão. O valor do processo judicial foi recalculado pela Companhia no ano de 2017, adequando a forma e metodologia de cálculo aos índices e instruções da Municipalidade de Itaquaquecetuba, ainda que este índice, método de aplicação de atualização monetária e juros seja de constitucionalidade duvidosa. Nos anos anteriores, a Companhia limitava a atualização monetária e juros ao índice SELIC, conforme Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, julgada pelo E. TJ-SP.

**b. Garantias e cartas fiança**

A Controladora contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Tipo de garantia	Controladora					
	2019			2018		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	35.526	1.331	36.857	35.831	1.647	37.478
Cheque caução	-	24	24	-	27	27
Seguro garantia	541.138	747	541.885	469.424	111	469.535
<b>Total</b>	<b>576.664</b>	<b>2.102</b>	<b>578.766</b>	<b>505.255</b>	<b>1.785</b>	<b>507.040</b>

**c. Outras provisões**

	<b>Consolidado/Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisão sobre royalties	11	1.458
Provisão gastos com garantias (i)	456	486
Provisão contrato oneroso (ii)	155	155
Provisão de ISS	758	939
<b>Total circulante</b>	<b>1.380</b>	<b>3.038</b>
Provisões - honorários (iii)	4.467	4.159
Provisão gastos com garantias (i)	752	790
<b>Total não circulante</b>	<b>5.219</b>	<b>4.949</b>

(i) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2019, durante os anos de 2020 e 2021.

(ii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens, que constituíam risco de gastos, e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.

(iii) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

***Movimentação das outras provisões no exercício***

	<b>Consolidado / Controladora</b>				
	<b>2018</b>	<b>2019</b>			<b>Saldo final</b>
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Baixas</b>		
			<b>Utilização</b>	<b>Reversões</b>	
Provisão sobre royalties	1.458	291	(100)	(1.638)	11
Provisão gastos com garantias	486	131	(161)	-	456
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Provisão de ISS	939	-	-	(181)	758
<b>Circulante</b>	<b>3.038</b>	<b>422</b>	<b>(261)</b>	<b>(1.819)</b>	<b>1.380</b>
Provisões - honorários	4.159	1.838	(1.530)	-	4.467
Provisão gastos com garantias	790	109	(147)	-	752
<b>Não circulante</b>	<b>4.949</b>	<b>1.947</b>	<b>(1.677)</b>	<b>-</b>	<b>5.219</b>

## 23 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (618.075 em 2018) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

### b. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2018) para futura alienação e/ou cancelamento.

### c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016.

Em outubro de 2018, foi realizada a compra dos 25% dos sócios minoritários da NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A (antiga Arcon Informática S.A), cujo percentual sobre o patrimônio líquido representou R\$ 802, reduzindo para R\$ 9.641 o valor correspondente a *Put and Call Option*.

<i>Em milhares de Reais</i>	<b>NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A. em 31 de setembro 2018</b>
Percentual dos não controladores	25%
Ativo não circulante	10.121
Ativo circulante	31.131
Passivo não circulante	(13.052)
Passivo circulante	(24.991)
<b>Ativos líquidos</b>	<b>3.209</b>
Ativos líquidos não atribuíveis aos não controladores	802

## 24 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional bruta</b>				
Venda de produtos	176.279	254.026	176.279	253.665
Serviços prestados	258.704	302.527	221.042	218.734
Serviços prestados com partes relacionadas (nota 14)	4.025	13.236	4.025	13.236
<b>Deduções</b>				
Impostos sobre as vendas	(77.984)	(106.266)	(74.131)	(96.695)
Devoluções e abatimentos	(4.169)	(3.729)	(4.169)	(3.728)
<b>Receita operacional</b>	<b>356.855</b>	<b>459.794</b>	<b>323.046</b>	<b>385.212</b>

## 25 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Custo das mercadorias	(81.930)	(89.950)	(78.674)	(88.705)
Compras com partes relacionadas (Nota 15)	(19.510)	(47.379)	(19.622)	(48.340)
Custos com pessoal (Nota 26)	(41.769)	(48.370)	(33.202)	(39.001)
Depreciação e amortização	(2.815)	(4.092)	(2.815)	(4.092)
Frete (i)	(5.680)	(7.931)	(5.680)	(7.931)
Serviço de software	(95.982)	(110.464)	(80.983)	(62.459)
Serviço de consultoria	(310)	(3.401)	(310)	(3.401)
Serviço de manutenção	(14.934)	(25.829)	(14.934)	(25.829)
Serviços de terceiros e outros	(9.194)	(18.792)	(4.784)	(18.216)
	(272.124)	(356.208)	(241.004)	(297.974)

- (i) Os fretes a partir de 2019 foram alocados na conta de custo, para comparabilidade o ano de 2018 foi reclassificado de despesas de venda para custo no valor R\$ 7.931.

## 26 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Royalties	(554)	(1.664)	(554)	(1.664)
Comissões sobre vendas	(22)	(45)	(22)	(45)
Perda efetiva de contas a receber	(380)	(880)	(380)	(880)
Outras	(64)	(51)	(64)	(51)
Total	(1.020)	(2.640)	(1.020)	(2.640)

## 27 Despesas com pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Ordenados e salários	(57.985)	(58.654)	(46.925)	(49.196)
Contribuições compulsórias para previdência social	(16.506)	(17.688)	(13.658)	(14.862)
13º salário e férias	(11.537)	(12.697)	(9.720)	(10.887)
Encargos assistenciais	(12.069)	(11.466)	(10.889)	(10.572)
Despesas encargos sociais ( FGTS)	(8.382)	(7.146)	(7.029)	(6.186)
Honorários da administração	(2.083)	(2.318)	(2.083)	(1.641)
Outros proventos	(5.666)	(5.789)	(3.997)	(4.873)
	(114.228)	(115.758)	(94.301)	(98.217)

Na Controladora, do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 33.202 (R\$ 39.001 em 2018) foram incluídos no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 61.099 (R\$ 59.216 em 2018) nas despesas administrativas e gerais.

## 28 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal (Nota 26)	(72.459)	(67.388)	(61.099)	(59.216)
Serviços de terceiros	(13.341)	(18.451)	(12.026)	(17.006)
Serviço de software	-	(183)	-	-
Gastos gerais:				
Ocupação - imóveis	(2.585)	(4.066)	(1.433)	(2.760)
Viagens	(3.367)	(3.659)	(3.129)	(3.395)
Processamento de dados	(2.954)	(2.748)	(2.742)	(2.748)
Comunicações	(438)	(614)	(356)	(519)
Impostos, taxas e contribuições	(872)	(828)	(796)	(742)
Veículos	(639)	(786)	(639)	(786)
Água, luz e gás	(791)	(727)	(722)	(649)
Depreciação/Amortização	(5.800)	(3.067)	(4.570)	(1.947)
Recuperação de gastos	15.290	12.432	15.290	12.432
Outros	(5.768)	(6.892)	(4.360)	(6.503)
	(93.724)	(96.977)	(76.582)	(83.839)

## 29 Outras receitas e outras despesas

### a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Reversão provisão para contingências	14.580	1.423	14.454	1.322
ICMS na base do PIS e COFINS (Nota 12.a)	6.120	-	6.120	-
Outros	1.613	131	1.613	91
	22.313	1.554	22.187	1.413

### b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesa provisão para contingências	(11.939)	(12.870)	(11.863)	(12.870)
Provisão para perda intangível	(2.846)	-	-	-
Provisão para perda investimentos	(51.350)	-	(51.350)	-
Outras	(1.193)	(1.969)	(1.193)	(1.162)
	(67.328)	(14.839)	(64.406)	(14.032)

## 30 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	11.749	18.357	11.749	18.358
Variações monetárias ativas	20.124	1.714	20.124	1.714
Juros sobre aplicações financeiras	3.396	2.410	3.344	2.392
Descontos financeiros obtidos	16	502	16	35
Outros	8.170	3.818	7.823	3.133
	43.455	26.801	43.056	25.632
<b>Despesas financeiras</b>				
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(10.136)	(6.582)	(10.136)	(6.582)
Variações cambiais passivas	(7.977)	(12.763)	(7.954)	(12.699)
Variações monetárias passivas	(1.331)	(1.301)	(1.331)	(1.301)
Juros	(8.486)	(13.120)	(5.710)	(11.083)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(482)	(513)	(482)	(513)
Outros	(2.260)	(6.285)	(1.784)	(5.686)
	(30.672)	(40.564)	(27.397)	(37.864)
Resultado financeiro	12.783	(13.763)	15.659	(12.232)

(i) Os valores de 2019 e 2018 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

## 31 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

***Risco de crédito***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	8	3.596	1.184
Aplicações financeiras	8	52.007	30.185
Contas a receber de clientes	9	134.126	205.005
Arrendamento mercantil a receber	10a	160	2.972
Outros créditos		13.910	5.521
		203.799	244.867
		<b>Controladora</b>	
	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	8	2.625	778
Aplicações financeiras	8	52.007	30.185
Contas a receber de clientes	9	133.483	203.226
Arrendamento mercantil a receber	10a	160	2.972
Outros créditos		12.783	4.496
		201.058	241.657

A classificação por data de emissão das notas fiscais dos contas a receber, arrendamento e outros créditos na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Bruto</b>	<b>Provisão perdas</b>	<b>Bruto</b>	<b>Provisão Perdas</b>
NF emitidas até 30 dias	51.513	-	75.903	-
NF emitidas entre 31-90 dias	40.593	-	54.570	-
NF emitidas entre 91-180 dias	26.331	(1.000)	34.777	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	2.654	-	12.269	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	34.096	(5.991)	41.659	(5.680)
<b>Total</b>	<b>155.187</b>	<b>(6.991)</b>	<b>219.178</b>	<b>(5.680)</b>

  

	<b>Controladora</b>			
	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Bruto</b>	<b>Provisão perdas</b>	<b>Bruto</b>	<b>Provisão Perdas</b>
NF emitidas até 30 dias	50.101	-	73.291	-
NF emitidas entre 31-90 dias	40.234	-	54.441	-
NF emitidas entre 91-180 dias	25.331	-	34.742	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	2.654	-	12.242	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	34.097	(5.991)	41.658	(5.680)
<b>Total</b>	<b>152.417</b>	<b>(5.991)</b>	<b>216.374</b>	<b>(5.680)</b>

- (i) Do total de NF emitidas há mais de um ano, R\$ 14.677 referem-se a contas a receber de longo prazo referentes a parte da recuperação judicial do cliente OI e outros clientes.

Na Controladora, os títulos a receber acima são controlados conforme classificação por cliente, sendo *Carriers* representada pelas operadoras de telefonia (R\$ 118.473 em 2019); *Enterprise* referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX e Cinema Digital (R\$ 21.161 em 2019) e Outros (R\$ 12.783 em 2019).

	<b>Controladora - Cliente Carriers</b>			
	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Bruto</b>	<b>Provisão perdas</b>	<b>Bruto</b>	<b>Provisão perdas</b>
NF emitidas até 30 dias	18.589	-	42.836	-
NF emitidas entre 31-90 dias	39.865	-	53.659	-
NF emitidas entre 91-180 dias	26.382	-	33.938	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	2.765	-	12.224	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	30.872	(1.954)	34.904	(1.120)
<b>Total</b>	<b>118.473</b>	<b>(1.954)</b>	<b>177.561</b>	<b>(1.120)</b>

Há contratos, junto aos clientes *Carriers*, que estabelecem eventos físicos e técnicos para a liberação de pagamentos parciais de cada nota fiscal emitida. As obrigações de desempenho que possibilitam o reconhecimento de receita são devidamente cumpridas, porém a existência de eventos para a liberação de pagamentos leva à existência de saldos de títulos não recebidos, porém emitidos há prazos relativamente longos. Muitos desses eventos de liberação dependem de *workflows* de aceitação internos aos clientes que, com frequência, são tratados com grande morosidade, levando a atrasos nos recebimentos apesar do cumprimento dos requisitos técnicos para liberação.

Apesar da morosidade no recebimento de títulos de alguns casos de clientes *Carrier*, a companhia não possui histórico de perdas de valores a receber com estes, excetuando-se um caso pontual de pedido de recuperação judicial.

Quanto à provisão para perdas por redução no valor a recuperar na Controladora são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo em 1º de janeiro	5.680	3.863
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(2.344)	(1.488)
Provisão para redução ao valor recuperável	2.655	3.305
Saldo em 31 de dezembro	5.991	5.680

### ***Risco de liquidez***

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

<b>Consolidado</b>							
<b>2019</b>							
		<b>Valor</b>	<b>Fluxo de</b>	<b>6 meses ou</b>	<b>6-12</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>
		<b>Nota</b>	<b>caixa</b>	<b>menos</b>	<b>Meses</b>		
		<b>contábil</b>	<b>esperado</b>	<b>menos</b>	<b>6-12</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>
<b>Fornecedores</b>	21	73.610	73.610	46.985	26.625	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	20	215.304	219.406	112.808	90.051	16.547	-
<b>Adiantamentos e créditos de clientes</b>		512	512	512	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>		2.282	2.282	2.282	-	-	-
<b>Passivos de arrendamento</b>	10b	5.860	5.860	2.455	2.150	746	509
		297.568	301.670	165.042	118.826	17.293	509

<b>Consolidado</b>							
<b>2018</b>							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
<b>Fornecedores</b>	21	113.147	113.147	46.052	67.095	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	20	206.245	211.392	42.106	150.882	1.857	16.547
<b>Adiantamentos e créditos de clientes</b>		432	432	250	157	25	-
<b>Outras contas a pagar</b>		1.799	1.799	1.799	-	-	-
<b>Passivos de arrendamento</b>	10b	750	750	184	249	251	66
		322.373	327.520	90.391	218.383	2.133	16.613
<b>Controladora</b>							
<b>2019</b>							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
<b>Fornecedores</b>	21	73.044	73.044	46.419	26.625	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	20	172.839	174.621	91.866	66.208	16.547	-
<b>Adiantamentos e créditos de clientes</b>		384	384	384	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>		2.212	2.212	2.212	-	-	-
<b>Passivos de arrendamento</b>	10b	5.850	5.850	2.445	2.150	746	509
		254.329	256.111	143.326	94.983	17.293	509
<b>Controladora</b>							
<b>2018</b>							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
<b>Fornecedores</b>	21	110.927	110.927	43.832	67.095	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	20	177.811	181.389	42.107	120.939	1.796	16.547
<b>Adiantamentos e créditos de clientes</b>		172	172	172	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>		1.671	1.671	1.671	-	-	-
<b>Passivos de arrendamento</b>	10b	681	681	184	180	251	66
		291.262	294.840	87.966	188.214	2.047	16.613

***Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos***

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

***Risco de taxas de câmbio***

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	<b>Consolidado/Controladora</b>	
	<b>USD (000)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	20	10
Contas a receber (partes relacionadas)	60	47
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	-	1
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(220)	(366)
Fornecedores (exterior)	(4.426)	(4.577)
Fornecedores (partes relacionadas)	(4.352)	(3.487)
Exposição líquida	(8.918)	(8.372)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, os vencimentos desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

*Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial*

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 4,0307 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 5,0384 e R\$ 6,0461 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, cuja taxa de contrato é de R\$ 4,2323 a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 5,2904 e R\$ 6,3485.

Operação	Moeda	Exposição em USD		Consolidado/Controladora		
				Efeito em R\$ no resultado		
				A		B
		(000)	Risco	Provável	Possível	Remoto
					25%	50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	8.918	Aumento da cotação do USD	-	8.986	17.973
Contratos de dólar futuro	USD	3.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(3.174)	(6.348)
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	220	Efeito da proteção dos swaps	-	(222)	(443)
			Efeito total no resultado	-	5.590	11.182

**b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Controladora			
	Valor de referência		Valor justo	
	(USD mil)		(R\$ mil)	
	2019	2018	2019	2018
<b>Contratos futuros</b>				
NDF's vencimento 02/01/2020	3.000	8.000	(605)	45

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Controladora auferiu ganhos de R\$ 1.613 (ganhos líquidos de R\$ 11.776 em 2018) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 29).

**c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos**

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:</b>		
Aplicações financeiras	52.007	52.007
<b>Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.596	3.596
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	134.126	134.126
Arrendamento mercantil a receber	160	160
Outros créditos	13.910	13.910
	<u>203.804</u>	<u>203.804</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Empréstimos e financiamentos	215.304	215.304
Fornecedores	73.610	73.610
Adiantamentos e crédito de clientes	512	512
Outras contas a pagar	2.282	2.282
Passivos de arrendamento	5.860	5.860
	<u>297.568</u>	<u>297.568</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:</b>		
Aplicações financeiras	30.185	30.185
<b>Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.184	1.184
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	205.005	205.005
Arrendamento mercantil a receber	2.972	2.972
Outros créditos	5.521	5.521
	<u>244.872</u>	<u>244.872</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Empréstimos e financiamentos	206.245	206.245
Fornecedores	113.147	113.147
Adiantamentos e crédito de clientes	432	432
Outras contas a pagar	1.799	1.799
Passivos de arrendamento	750	750
	<u>322.373</u>	<u>322.373</u>

<b>Controladora</b>		
<b>2019</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:</b>		
Aplicações financeiras	52.007	52.007
<b>Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.625	2.625
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	133.483	133.483
Arrendamento mercantil a receber	160	160
Outros créditos	12.783	12.783
	201.063	201.063
<b>Passivo</b>		
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Empréstimos	172.839	172.839
Fornecedores	73.044	73.044
Adiantamentos e crédito de clientes	384	384
Outras contas a pagar	2.212	2.212
Passivos de arrendamento	5.850	5.850
	254.329	254.329
<b>Controladora</b>		
<b>2018</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:</b>		
Aplicações financeiras	30.185	30.185
<b>Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	778	778
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	203.226	203.226
Arrendamento mercantil a receber	2.972	2.972
Outros créditos	4.496	4.496
	241.662	241.662
<b>Passivo</b>		
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Empréstimos	177.811	177.811
Fornecedores	110.927	110.927
Adiantamentos e crédito de clientes	172	172
Outras contas a pagar	1.671	1.671
Passivos de arrendamento	681	681
	291.262	291.262

**d. Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

Descrição	<b>Consolidado</b>		
	<b>2019</b>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo			
Aplicações financeiras	-	52.007	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>52.007</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(1.300)	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>(1.300)</u>	<u>-</u>
Descrição	<b>Consolidado</b>		
	<b>2018</b>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo			
Aplicações financeiras	-	30.185	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>30.185</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(397)	-
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>(397)</u>	<u>-</u>

<b>Controladora</b>			
<b>2019</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Ativos financeiros a valor justo: Aplicações financeiras	-	52.007	-
Subtotal	-	52.007	-
Passivos financeiros derivativos: Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(1.300)	-
Total	-	(1.300)	-
<b>Controladora</b>			
<b>2018</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Ativos financeiros a valor justo: Aplicações financeiras	-	30.185	-
Subtotal	-	30.185	-
Passivos financeiros derivativos: Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(397)	-
Total	-	(397)	-

## **32 Eventos subsequentes**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até o presente momento, foi observada a postergação de vendas de aproximadamente R\$ 2.000, especialmente na área de implementação de serviços, as quais foram adiadas por parte dos clientes, decorrentes da falta de terceiros para concluir os serviços necessários antes que a Companhia possa realizar seus serviços de implementação. Quanto aos recebíveis, as atividades estão em seu curso normal, mas há a preocupação nos próximos meses especialmente com os clientes dos setores de turismo e entretenimento, uma vez que estes devem sofrer mais os impactos da pandemia em suas operações. Além disso, a Companhia está usufruindo dos benefícios fiscais proporcionados pelo governo e a redução de taxas do Sistema S.

A Companhia vem mantendo contato frequente com seus clientes e criou um comitê interno, que tem se reunido frequentemente para garantir a continuidade dos negócios e para assegurar que todos os colaboradores da Companhia exerçam suas atividades da melhor forma possível, mesmo que remotamente.

A Administração está avaliando de forma constante as consequências do covid-19 na economia local e em suas operações, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para diminuir os resultados inesperados em suas demonstrações financeiras.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Toshiya Matsuki  
Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata  
Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Toshiyuki Otake  
Conselheiro

Takuya Isukimura  
Conselheiro

### **Diretoria**

Masazumi Takata  
Presidente

Hiroshi Obuchi  
Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Ana Maria F. A. Ravaglia Duarte  
Vice Presidente Executiva

Yasushi Tanabe  
Diretor Geral das Operações Brasil

### **Controladoria**

André Lopes dos Santos  
Diretor Financeiro

Flávio Hirata  
Controller

Dercidio Marques de Brito  
Contador - CRC/SP 155228/O-0